



## ORÇAMENTO MENOR PARA 2023

Governo aposta em emendas parlamentares para chegar aos R\$ 149,9 bilhões constantes na Proposta Orçamentária de 2023 enviada ao Congresso Nacional.

Pelo segundo ano consecutivo o orçamento da saúde foi reduzido. Em 2021, ano auge da pandemia, o setor recebeu R\$ 180,1 bilhões; no ano seguinte, caiu para R\$ 150,50; para 2023, a previsão é de R\$ 149,9 bilhões, o menor valor desde 2019.

Um boletim elaborado pelas Consultorias de Orçamentos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mostra a composição que o Governo fez para alcançar os R\$ 149,9 bilhões. Foram considerados R\$ 9,7 bilhões de emendas impositivas (individuais e de bancada) e R\$ 9,9 bilhões de emendas de relator-geral (orçamento secreto).

No entanto, apenas o montante das emendas individuais (R\$ 5,9 bilhões) está garantido, porque, segundo a Constituição, 50% das emendas parlamentares devem ser destinadas para a saúde. Já, no caso das emendas de Bancada Estadual, há apenas uma autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 para que **ATÉ** metade delas (R\$ 3,8 bilhões) seja carimbada para a Saúde. Enquanto para as emendas de relator, não nenhuma regra que determine destinação para a saúde.

E, enquanto as emendas parlamentares ganham espaço no orçamento da Saúde, programas fundamentais da pasta encolhem, segundo comparativo, feito pela Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES), entre o orçamento 2022 com a proposta orçamentária de 2023 enviada pelo Governo ao Congresso. Veja:

? 61,2% estruturação da rede cegonha;

? 59% Farmácia Popular;

? 59% Saúde indígena;

? 56% Saúde e formação em Saúde;

? 46,4% controle do câncer;

? 36,8% Programa Nacional de Imunizações.

Para Gil Castello Branco, fundador da Associação Contas Abertas, contar com as emendas de relator para compor o mínimo de gastos com a Saúde afeta a transparência e o controle das despesas e gera o risco de perda de qualidade na execução dos gastos com Saúde. “A aplicação do mínimo constitucional da Saúde precisa obedecer, pela Constituição, uma série de quesitos, como perfil epidemiológico, socioeconômico e populacional de estados e municípios e as emendas de relator, segue interesses políticos e eleitores”, lamenta.

A redução do orçamento vai ainda dificultar o atendimento de demandas represadas pela pandemia, como exames e cirurgias eletivas, e agravar problemas crônicos do sistema público, que sofre com longas filas, carência de profissionais e falta de leitos.